

Em trinta e um de maio de dois mil e vinte e um às 17h, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES se reuniram em ambiente virtual na plataforma Teams da Microsoft. Havendo o quórum necessário previsto no regimento interno para a instauração da reunião, esta foi estabelecida. **Cláudia** deu início à reunião e estabeleceu a votação para a aprovação da ata da reunião ordinária anterior, realizada no dia três de maio. Por unanimidade, a ata foi aprovada. **Ana Cristina** apresentou o primeiro ponto de pauta, a eleição do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, inicialmente prevista para ocorrer em 2021. **Ana Cristina** lembrou que as gestões têm duração de dois anos, indicando que a gestão atual se findaria, portanto, ao final do ano de dois mil e vinte e um, e observou que na atual conjuntura de incertezas advindas da pandemia, a pauta deveria ser debatida para que se decidisse, de forma cautelosa e responsável, se a eleição de fato ocorreria; e em caso positivo, como este processo seria gerido sob as atuais circunstâncias. **Ana Cristina** lembrou, ainda, que no ano de dois mil e dezoito o Conselho votou pelo adiamento, em um ano, das eleições que ocorreriam naquele mesmo ano, e assim foi feito. **Ana Cristina** observou que o maior desafio atual é a pandemia, e comentou sobre outros Conselhos que, como o CPM, partem também da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania estão se organizando para suas respectivas eleições, e citou que alguns optaram por realizá-las no formato híbrido: parte no ambiente virtual e parte presencialmente. Pautou, ainda, que muitas mulheres não têm acesso à bons equipamentos tecnológicos e à rede de internet, e indicou que o Conselho deveria ponderar tais nuances para deliberar a realização da eleição em dois mil e vinte e um, ou o adiamento da mesma. **Fátima dos Santos** discorreu sobre a importância das eleições do Conselho, e da responsabilidade em organizá-la da melhor forma possível, garantindo uma ampla adesão de mulheres. **Fátima** comentou que é Conselheira também no Conselho Municipal de Habitação, o qual adiou suas eleições por dois anos em decorrência da pandemia. Observou, ainda, que as mulheres, sobretudo as periféricas, terão sua participação cerceada neste processo, uma vez que as condições de acesso à internet muitas vezes são incipientes; como também ponderou sobre os riscos associados à infecção por

coronavírus caso o Conselho decida realizar suas eleições no formato presencial. **Adriana Magalhães** concordou com as colocações de Fátima, e indicou que na atual conjuntura, mesmo o modelo híbrido parece inadequado, tanto pelas dificuldades de acesso à internet quanto à insegurança na exposição ao vírus no caso de um encontro deliberativo presencial, sugerindo que o mandato fosse prorrogado até o momento em que houvesse biossegurança para a realização das eleições de forma presencial, isto é, quando a totalidade da população brasileira estiver vacinada e imunizada. **Melissa** concordou com Fátima e Adriana, e observou não ser prudente realizar uma nova eleição neste cenário de incertezas no que tange à adesão das mulheres, independentemente do modelo adotado, híbrido ou não. **Neide** concordou com todas as colocações que lhe antecederam, e comentou que no movimento por moradia no qual é atuante, houveram eleições virtuais com notáveis defasagens participativas em decorrência da desigualdade no que tange os acessos à internet e equipamentos tecnológicos. Indicou, ainda, que é Conselheira Estadual da PROESP, e as eleições do Conselho em questão foram adiadas na pandemia, e expressou ser favorável ao mesmo encaminhamento para o CPM. **Cláudia** comentou dos desafios enfrentados em 2020 na adequação do Conselho ao ambiente virtual, expressou sua preocupação na elaboração de uma eleição, seja virtual, presencial ou híbrida e sugeriu a prorrogação da gestão, enfatizando a importância do Conselho se ater aos movimentos legais implícitos neste processo. **Alexandra** concordou com as falas prévias, e manifestou sua preocupação no tocante à adesão de candidatas à eleição subsequente, e sugeriu a prorrogação da gestão. **Ana Cristina** observou que a intenção de postergar as eleições é unânime entre as Conselheiras, e abriu para votação. Sem objeções, o Conselho aprovou a prorrogação da atual gestão por mais um ano. Dando continuidade aos pontos da pauta, **Heloísa** apresentou a campanha "Informe Mulheres, Transforme Vidas", da Carter Center, realizando uma breve contextualização: a Carter Center é uma ONG do ex presidente estadunidense Jimmy Carter e oferece uma série de editais anualmente, contemplando diversos temas contemporâneos. Neste ano, lançou um edital acerca da Violência contra a Mulher, o qual a Prefeitura de São Paulo se inscreveu e foi contemplada. Em tais

editais, o Carter Center disponibiliza um recurso financeiro aos contemplados, e as prefeituras realizam as campanhas nos moldes previstos nos editais. Cabe à prefeitura, portanto, regir uma campanha que siga as premissas estabelecidas no edital. A Secretaria Municipal de Relações Internacionais, responsável pela aplicação da PSP no edital, e em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, acordou que o foco da campanha seria a divulgação dos Centros de Cidadania da Mulher. **Heloísa** firmou o objetivo da presente pauta como sendo o levantamento de entidades representadas no Conselho que estariam dispostas a receber o material da campanha para fazer a divulgação do mesmo. **Camila** perguntou se apenas os CCMs seriam contemplados na divulgação, ou os CRMs e CDCMs também estariam inclusos, e também questionou se algumas outras informações acerca dos direitos das mulheres que sofreram alguma violência estariam incluídas no material informativo, tal como o aborto legal em casos de gravidez decorrentes de estupro e as profilaxias legalmente garantidas frente ao risco de contaminação de IST ou HIV em situações de violência sexual. observando que alguns serviços não detém este compilado de informações acerca dos direitos das mulheres e podem, inclusive, fornecer uma informação equivocada para as mulheres que buscam o atendimento. **Heloísa** informou que a campanha abrangerá toda a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, contudo os CCMs foram escolhidos pelo financiador da campanha por conta de certas especificidades requeridas no edital. Informou, ainda, que houve uma consulta pública pela equipe de Governo Aberto da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e constatou-se que a maior demanda foi a divulgação da rede de enfrentamento, e foi acordada realizar a divulgação de toda a rede, contudo enfatizando o Centro de Cidadania da Mulher. **Adriana Magalhães** perguntou sobre a viabilidade da impressão de crachás para as Conselheiras, e indagou se haveria uma apresentação prévia dos materiais da campanha para as Conselheiras. **Ana Cristina** confirmou que os crachás serão impressos, mas que a campanha em questão em nada influi neste processo. Algumas Conselheiras indagaram se o Conselho estaria em posição de fazer alterações nos materiais da campanha, e **Heloísa** reiterou que a campanha não partiu da Coordenação de Políticas para Mulheres, e nem mesmo da Secretaria

Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; mas sim da aplicação da Secretaria Municipal de Relações Internacionais à um edital internacional. O perfil da campanha já estava, portanto, pré-estabelecido, uma vez que o edital prevê critérios que devem necessariamente serem cumpridos por quem se aplica a este e é contemplado pelo mesmo, e desta forma, não caberia ao Conselho propor alterações nos materiais. **Adriana Pereira (via chat), Adriana Magalhães, Fátima dos Santos, Alexandra, Neide e Melissa** demonstraram uma preocupação em se inscrever na rede de transmissão destes materiais da campanha para divulgá-los nas entidades, sem antes verificar o conteúdo dos mesmos. **Heloísa, Ana Cristina e Cláudia** esclareceram que, uma vez inseridas na rede de transmissão, as Conselheiras receberiam os materiais e caberia à elas a decisão de divulgá-los ou não; e a proposta da pauta no Conselho era a coleta dos dados das Conselheiras que estivessem interessadas em participar da campanha, não havendo, contudo, a obrigatoriedade destas de divulgar os materiais caso inscritas para o recebimento destes. Avançando para o próximo ponto da pauta, **Cláudia** informou a proposta da realização de um seminário de enfrentamento à violência contra a mulher, a ocorrer entre agosto e setembro, em ambiente virtual. A proposta contaria com a participação das Conselheiras, e com divulgação para o público externo. **Melissa** questionou se as Conselheiras teriam participação na elaboração do seminário. **Cláudia** elucidou que a mesa diretora construiria a programação do seminário, pensando em datas e convidadas, e traria um compilado de sugestões em um esboço, para que as Conselheiras consultassem e participassem da construção. **Cláudia** indicou, ainda, a importância da criação de materiais a partir da elaboração do seminário, para que a contribuição deste à sociedade seja ampliada. **Kamila** comentou que contribuiu com a construção do Fórum da Criança, na Vila Maria, realizado pela plataforma Meet e contando com a presença de 100 pessoas, número que configura o limite da participação síncrona nesta plataforma. **Kamila** comentou que, de forma a ampliar a audiência, houve uma articulação com os CCas das Crianças e Adolescentes, e o fórum pôde ser transmitido também nestes espaços, ampliando o alcance de telespectadores. **Kamila** sugeriu a consideração desta estratégia, visando ampliar o alcance do seminário, sobretudo para as mulheres que

não dispõem de condições adequadas de acesso à internet. Cláudia pontuou que a proximidade do Conselho com centrais sindicais, redes de moradia, entidades e equipamentos viabilizaria o sucesso desta estratégia. **Maria Lucia** pontuou a importância dos temas "saúde mental", "pobreza menstrual" e "morte materna" serem contemplados no seminário. Encerradas as considerações acerca deste ponto de pauta, **Cláudia** lembrou que na reunião extraordinária anterior, ocorrida em vinte e seis de junho de 2021, houve a deliberação para que a mesa diretora organizasse uma reunião com a Secretária da SMDHC, Cláudia Carletto, para discutir a questão dos equipamentos e do auxílio aluguel. **Cláudia** sinalizou que a mesa diretora está se organizando para isto, e que em breve surgiriam novas informações. **Camila** informou que já havia solicitado a reunião com a secretária, em nome da presidente do conselho, Cláudia Rodrigues, da vereadora Juliana Cardoso e representantes da comissão de redes. A reunião estava prevista para o dia seguinte, em primeiro de junho, todavia por questões de disponibilidade da Secretária, a reunião foi adiada para o dia 15, às 11h. **Cláudia** solicitou à Camila para que sempre repassasse ao grupo oficial do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres as pautas relacionadas às mulheres que estivessem tramitando na Câmara dos Vereadores. Por fim, **Cláudia** agradeceu a participação de todas e encerrou a reunião

Encaminhamentos:

1. Mesa Diretora discutirá a programação do seminário
2. Encaminhar a lista de transmissão do material da campanha para as Conselheiras que demonstrassem interesse